



DECISÃO - CEL - Nº 3/2017

Impugnante: **OHL CONCESIONES S.A.**

Licitação: **Leilão nº 01/2016**

Objeto: Concessão para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Salgado Filho (SBPA), localizado no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães (SBSV), localizado no Município de Salvador, Estado da Bahia; Aeroporto de Florianópolis Hercílio Luz (SBFL), localizado no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina; e Aeroporto Pinto Martins (SBFZ), localizado no Município de Fortaleza, Estado do Ceará

Assunto: Licitação na modalidade de leilão. Impugnação ao edital de licitação. Decisão da Comissão Especial de Licitação

1. DA IMPUGNAÇÃO

1.1. Conhece-se da Impugnação, tendo em vista que a mesma foi apresentada tempestivamente, consoante o disposto no item 1.19 do edital do Leilão nº 01/2016.

1.2. A impugnação foi apresentada por OHL CONCESIONES S.A., em 23/01/2017, por meio de Carta S/N 0359998.

1.3. A impugnante se insurge contra diversos dispositivos do Edital, alegando, em suma, o que segue:

1.3.1. descasamento temporal da disponibilização das versões do edital em português e inglês;

1.3.2. exiguidade do prazo entre a possível data de disponibilização da ata, pela ANAC, com as respostas aos pedidos de esclarecimentos apresentados e a data designada para a entrega dos envelopes pelos licitantes;

1.3.3. ausência de informações imprescindíveis tanto de natureza técnica quanto de natureza econômico-financeira com relação ao objeto ora licitado; e

1.3.4. ausência de disponibilização das últimas versões dos estudos econômico-financeiros dos aeroportos a serem concedidos

1.4. Solicita que a ANAC " (i) adote as providências necessárias para assegurar a plena isonomia às empresas brasileiras e estrangeiras com relação ao período de publicação do Edital nas versões em português e inglês e (ii) altere as redações dos itens editalícios e disponibilize as informações, estudos e levantamentos requeridos nos tópicos II.3.1 a II.3.8 desta impugnação, com a finalidade de mitigar a imprecisão do Edital e a inexistência de elementos mínimos acerca dos aspectos técnicos e econômico do objeto ora licitado". Ao final, solicita a inda a prorrogação do prazo para a entrega das propostas em 30 (trinta) dias, em razão da complexidade e envergadura do objeto licitado.

2. DA ANÁLISE

2.1. Para o desenvolvimento da análise em tela, considerar-se-á cada um dos pontos elencados pela Impugnante na ordem por ela apresentada, agregando-se, porém, temas cuja resposta seja comum.

I - DO PRAZO ENTRE A DISPONIBILIZAÇÃO DA ATA DE ESCLARECIMENTOS E A DATA DESIGNADA PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES

2.2. Inicialmente, aborda-se o disposto no item 1.15 do Edital do Leilão nº 01/2016, estabelece o prazo mínimo de 10 (dez) dias entre a data da divulgação da Ata com os esclarecimentos ao Edital e a data da entrega dos envelopes contendo as propostas dos licitantes, nesses termos:

1.15 A ata será divulgada no sítio eletrônico da ANAC pelo menos 10 (dez) dias antes da data estabelecida para a entrega dos envelopes descritos no item 5.1 da Seção I Da Apresentação dos Documentos do CAPÍTULO V DAS ETAPAS DO LEILÃO e estará à disposição dos interessados na sede da ANAC para consulta, sem identificação da fonte do questionamento. As Proponentes poderão, também, retirar cópia da ata de esclarecimentos sobre o Edital na sede da ANAC.

2.3. Sobre este ponto, é necessário ressaltar que o prazo do item 1.15 busca garantir aos potenciais licitantes o que a Administração Pública considera o prazo mínimo razoável entre a data da divulgação dos esclarecimentos e a apresentação das propostas, de forma que eventuais alterações que se fizerem necessárias no cronograma de eventos não impliquem em lapso de tempo menor entre os dois referidos eventos. Não obstante, o Edital do Leilão nº 01/2016 estabelece, no item 5.40, o cronograma de eventos relativo ao desenvolvimento das etapas do Leilão, estabelecendo as datas para as suas realizações. Consta do referido cronograma a data de 13.02.2017 para a divulgação da Ata com as respostas aos pedidos de esclarecimentos do Edital e a data de 13.03.2017 para a apresentação dos envelopes contendo as propostas dos licitantes, de maneira que um prazo de 28 (vinte e oito) dias entre a data de publicação da ata de esclarecimentos (13.02.2017) e a data de apresentação das propostas pelos licitantes (13.03.2017).

2.4. Claramente estes prazos não são imutáveis e estão sujeitos a modificações, segundo consta do item 2.3.3 do Edital. No entanto, destaca-se que as datas estipuladas no supracitado cronograma foram estabelecidas com base nas análises e estudos desenvolvidos durante a elaboração dos Editais e Contratos, bem como nas experiências pretéritas, sendo que a Agência envidará todos os esforços a fim de cumprir o cronograma estabelecido no item 5.40. Em caso de necessidade de alteração das datas dos eventos, o que, no caso específico da divulgação da ata de esclarecimentos, poderá se dar, a exemplo de rodadas anteriores, diante de número excessivo de questionamentos apresentados, bem como diante da complexidade dos mesmos, tal alteração se dará em estrita observância à razoabilidade, alterando-se os prazos o mínimo possível, preservando-se o tempo necessário aos licitantes entre os eventos do certame. Caso necessário, é também facultado ao Poder Concedente alterar a data do recebimento dos envelopes e da própria Sessão Pública do Leilão, a fim de se garantir tempo razoável para que os potenciais licitantes bem elaborem suas propostas, porém, neste momento, esta Comissão Especial de Licitação entende que o prazo estabelecido atende aos critérios de razoabilidade.

II - DA DATA DE DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL EM LÍNGUA INGLESA

2.5. Quanto aos argumentos expendidos sobre a divulgação do Edital em língua inglesa, não se vislumbra qualquer prejuízo à licitantes estrangeiras ou situação que possa ser entendida como violação à isonomia entre licitantes. De fato, e conforme mencionado pela Impugnante, que traz inclusive o próprio texto da página eletrônica da Secretaria de Aviação Civil do do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, conforme informado no sítio eletrônico desta Agência, assim como divulgado pela mencionada Secretaria, a versão em língua inglesa do Edital e seus anexos é disponibilizada para efeitos meramente informativos, não tendo validade jurídica e prevalecendo, em qualquer caso, a versão oficial publicada pela ANAC em língua portuguesa.

2.6. A disponibilização dos documentos jurídicos em língua inglesa busca aumentar a transparência e facilitar a participação de participantes estrangeiros mas, de forma alguma, representa condição *sine qua non* para a realização de processo licitatório, o que está demonstrado inclusive, pelos próprios julgados do Tribunal de Contas da União mencionados no bojo da impugnação. Desta feita, a divulgação desses documentos em língua estrangeira não exime potenciais interessados de diligenciar e adotar as providências necessárias a observar o procedimento licitatório em consonância como o seu

instrumento convocatório oficial. Destarte, tem-se que todos os prazos do processo licitatório devem tomar como referência o documento oficial, publicado pela ANAC em 1º de dezembro de 2016.

2.7. Ademais, não há que se falar em falta de igualdade de condições entre proponentes nacionais e estrangeiros. Ora, a iniciativa de se disponibilizar os documentos em língua inglesa é inédita no setor de infraestrutura aeroportuária, assim como em muitos outros setores e, sim, atinge o objetivo de aumentar a transparência e facilitar a participação de licitantes estrangeiros, representando grande avanço em relação às rodadas de leilões de aeroportos anteriores. Aceitar-se a tese postulada pela Impugnante implicaria reconhecer que todos os leilões de aeroportos já ocorridos, assim como leilões de outros setores em que porventura não tenham sido divulgados documentos em língua inglesa, deram-se em condições desiguais, o que, obviamente, não ocorreu, pelos motivos acima expostos. Além disso, abrir-se-ia margem para se discutir em quantos e quais idiomas deveriam ser disponibilizados os documentos jurídicos a fim de se garantir plena igualdade de condições entre as licitantes dos mais diversos países. Ora, eventual avanço no sentido de se disponibilizar, nos próximos dias, o Edital em língua espanhola, por exemplo, significaria necessidade de nova abertura dos prazos constantes do instrumento convocatório oficial, publicado em 1º de dezembro de 2016? Entendemos que não.

III - DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS NO LEILÃO N.º 01/2016

2.8. Cabe, de início, apontar neste tópico que como informado pela Impugnante, esta, de forma tempestiva apresentou, no dia 26 de dezembro de 2016, 27 pedidos de esclarecimentos que abordam os tópicos ora discutidos. Conclui-se, portanto, que pelos questionamentos ora realizados quanto aos documentos complementares disponibilizados (itens II.3.2, e II.3.4 a II.3.8), a Impugnante pretende em verdade ver adiantadas respostas e eventuais informações sobre o sítio aeroportuário, que de outra forma seriam divulgadas oportunamente, por ocasião da publicação da ata de esclarecimentos ao edital, nos moldes previsto no item 1.15. A própria impugnante admite o desvirtuamento do uso da impugnação ao Edital, ao consignar expressamente que "vem repisar parte dos Pedidos de Esclarecimentos apresentados no dia 26 de dezembro de 2016, de forma que sejam apreciados e respondidos na condição de IMPUGNAÇÃO AO EDITAL".

2.9. Ora, atender-se ao desvirtuamento do instituto da impugnação, expressamente admitido pela impugnante, significaria quebrar a isonomia entre os licitantes, tão defendida pela peticionária em suas razões, na medida em que se anteciparia a resposta aos questionamentos por ela formulados e que, obviamente, são de seu interesse, em detrimento daqueles apresentados demais licitantes, que terão conhecimento das respostas às suas dúvidas apenas quando da publicação da ata de respostas aos pedidos de esclarecimentos, com data prevista, como já visto, em 13 de fevereiro.

2.10. Ademais, é preciso destacar que conforme estabelecem os itens 1.33 e 1.34 do Edital, cabe ao Proponente efetuar estudos, levantamentos e demais dados necessários à elaboração de sua proposta econômica, não sendo vinculantes os EVTEA realizados pelo Poder Público. Informações complementares podem ser encontradas, a título exemplificativo e não exaustivo, no Banco de Informações disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria de Aviação Civil, porém não eximem os interessados de buscar todas as informações de que necessite para formular sua proposta da maneira que entenda mais adequada.

2.11. Diante disso, tem-se que os tópicos constantes do item II.3 da impugnação, à exceção dos itens II.3.1 e II.3.3, não devem ser enfrentados, eis que não trazem qualquer questionamento quanto à regularidade das regras editalícias.

2.12. Em relação ao item II.3.1, verifica-se que a impugnante pretende ver alterada a minuta de contrato, para que se faça constar expressamente que as atividades operacionais e comerciais são aquelas constantes da Resolução nº 302, a fim de se evitar futuras controvérsias.

2.13. Tem-se, todavia, que não há que se falar em alteração da redação da minuta contratual, posto que a definição de Atividades Operacionais constante do item 11.6 é clara no sentido de que "são aquelas essenciais à prestação dos serviços de transporte aéreo", de forma que as atividades ali enumeradas tem caráter meramente exemplificativo, não constituindo uma lista exaustiva de atividades operacionais, o que possibilita que tal definição se dê por parte da ANAC no caso concreto, tendo em vista a grande diversidade e dinâmica do universo de atividades operacionais.

2.14. Por sua vez, por meio do item II.3.3, pretende a impugnante a alteração de cláusula da minuta de contrato que lhe impõe a responsabilidade por eventuais desocupações de áreas localizadas no sítio aeroportuário, em posse ou detenção de terceiros, prévias ou posteriores à celebração do Contrato. Também aqui não há que se acolher o pleito, posto que a imposição da obrigação em tela se tratou de legítima escolha feita no âmbito da modelagem da concessão, devendo o licitante considerar os custos a ela relacionados na formulação de sua proposta.

IV - DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS

2.15. Diante de todo o exposto acima, entende-se não haver motivo ao acolhimento do pedido de prorrogação do prazo para entrega das propostas.

3. DA CONCLUSÃO

3.16. Ante o exposto, esta Comissão Especial de Licitação delibera por conhecer do pedido de impugnação e decidir por sua **IMPROCEDÊNCIA**.

Brasília/DF, 26 de janeiro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO FERAN FREITAS ARAUJO, Membro da Comissão Especial de Licitação - Edital do Leilão nº 01/2016**, em 26/01/2017, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL RODRIGUES ALDIGUERI, Vice-presidente da Comissão Especial de Licitação - Edital do Leilão nº 01/2016**, em 26/01/2017, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aderson de Lima Calazans, Membro da Comissão Especial de Licitação - Edital do Leilão nº 01/2016**, em 26/01/2017, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO PINTO DE MIRANDA, Presidente da Comissão Especial de Licitação - Edital do Leilão nº 01/2016**, em 26/01/2017, às 19:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.anac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0367865** e o código CRC **21C8D763**.